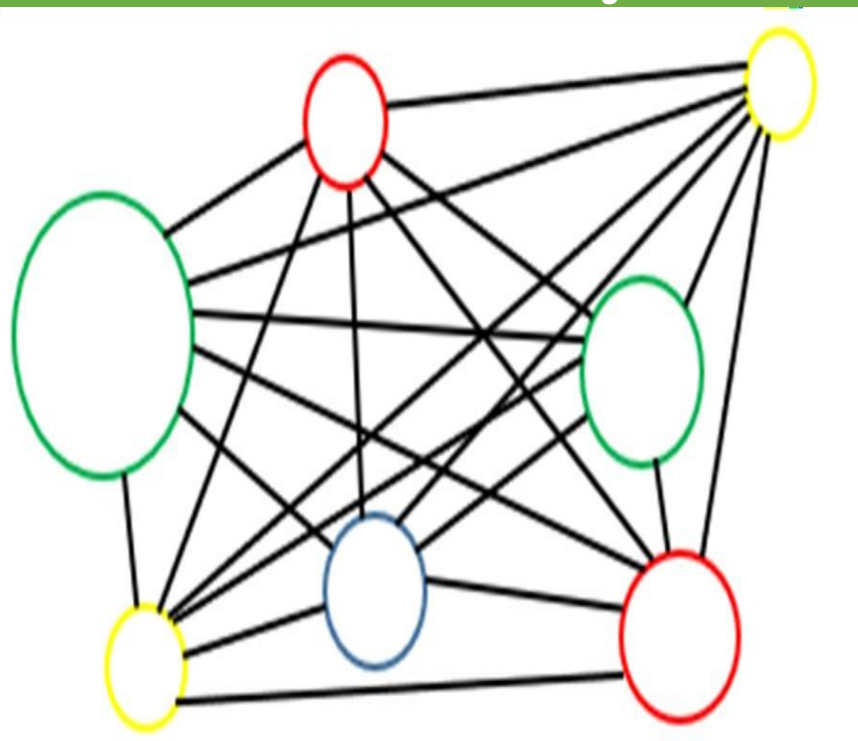


**INFLUÊNCIAS DAS AVALIAÇÕES NO ENSINO-APRENDIZAGEM EM UMA  
ESCOLA DO CAMPO DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19**

*Artigo*



*Denalda Lopes Cordeiro  
Luana Pereira Leite Scheitino*

*Mestrado Profissional em  
Educação em Ciências,  
Matemática e Tecnologia*





**UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI**

**Reitor** Janir Alves Soares

**Vice-Reitor** Marcus Henrique Canuto

## **APOIO**



**Grupo de Estudo Teoria Ator-Rede**

Denalda Lopes Cordeiro  
Luana Pereira Leite Scheitino

**PRODUTO EDUCACIONAL: Artigo**

**INFLUÊNCIAS DAS AVALIAÇÕES NO ENSINO-  
APRENDIZAGEM EM UMA ESCOLA DO CAMPO  
DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19**

Produto Educacional apresentado como requisito à obtenção do grau de Mestre em Educação em Ciências, Matemática e Tecnologia pelo Programa de Mestrado Profissional em Educação em Ciências Matemática e Tecnologia da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, campus Diamantina.

**Profª Dra. Juliane dos Santos Amorim/UNEB  
Profª Dra. Ofélia Ortega Fraile/UFVJM  
Profª Dra. Luciana Resende Allain/UFVJM  
Prof. Dr. Kinulpe Honorato Sampaio/UFVJM**

**1ª Edição**

**UFVJM  
Diamantina, MG  
2023**

O conteúdo desta publicação é de inteira responsabilidade dos autores.

Permitida a reprodução total ou parcial, desde que citada a fonte.

**Editoração eletrônica e projeto gráfico/capa:**

Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências, Matemática e Tecnologia

Elaborado com os dados fornecidos pelo (a) autor(a).

C794i

Cordeiro, Denalda Lopes

Influências das avaliações no ensino-aprendizagem em uma escola do campo durante a pandemia da COVID-19 / Denalda Lopes Cordeiro. – Diamantina:UFVJM, 2023.

23 p.:il.

Orientadora: Luana Pereira Leite Schetino

Produto Educacional desenvolvido no Programa de Programa de Mestrado Profissional em Educação em Ciências Matemática e Tecnologia da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Campus Diamantina. 2023.

1. Avaliação educacional. 2. Escolas rurais. 3. Capacidade de aprendizagem. 4. COVID-19, Pandemia de, 2020-. 5. Isolamento social.

I. Cordeiro, Denalda Lopes. II. Título. III. Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.

**CDD 370**

Ficha Catalográfica – Sistema de  
Bibliotecas/UFVJM  
Bibliotecária Viviane Pedrosa– CRB-6/2641

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL</b> .....	<b>6</b>
<b>DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA, IDEALIZAÇÃO E ELABORAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL</b> .....	<b>8</b>
Caracterização da pesquisa .....	8
Delimitação do problema.....	8
<b>REFERENCIAL TEÓRICO E METODOLÓGICO</b> .....	<b>10</b>
Introdução.....	10
Referencial Teórico.....	11
Ensino no Campo Durante o Ensino Remoto .....	13
Avaliação SIMAVE e Interna de Escolas da Educação Básica do Campo .....	14
Referencial Metodológico.....	16
<b>Metodologia de desenvolvimento do Produto Educacional</b> .....	<b>16</b>
<b>REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA</b> .....	<b>18</b>

## APRESENTAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL

Esse material, apresentado como Produto Educacional (PE), é parte integrante de nossa pesquisa intitulada “Translações realizadas durante o ensino remoto pelas Avaliações do SIMAVE e Internas com relação ao ensino-aprendizagem em uma escola do campo”, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências, Matemática e Tecnologia (PPGECMaT), da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), sob orientação da professora Dra. Luana Pereira Leite Schetino.

O PE é composto por um Produto Técnico Tecnológico (PTT), situado na linha de pesquisa referente ao Ensino e Aprendizagem em Educação em Ciências e Matemática, e envolve um Produto Educativo e Estudos sobre as Avaliações do SIMAVE e Avaliações Internas de Escolas da Educação Básica do Campo. Quanto ao tipo, esse PE é caracterizado como um protótipo e é composto por um subtipo: o PTT1 – Material Didático/Instrucional (Artigo em Revista Técnica ou de Divulgação), onde este possui médio teor inovador, por caracterizar-se de uma adaptação de conhecimento existente. Porém, não há estudos que analisem as avaliações em larga escala e as avaliações realizadas pelos professores pela perspectiva do referencial teórico e metodológico da Teoria Ator-Rede (TAR), até o momento.

Este material tem por objetivo compreender as particularidades das Avaliações do SIMAVE e as Avaliações Internas desenvolvidas pelos docentes e supervisores pedagógicas da instituição escolar dos diferentes componentes curriculares do ensino médio de uma escola pública do campo a partir das percepções dos professores e supervisora da escola.

O impacto da aplicação é potencial, onde pesquisadores, estudantes da área, professores, supervisores, gestores de instituições públicas de ensino, bem como gestores municipais e estaduais poderão ter acesso as redes formadas a partir das percepções dos professores e supervisor pedagógico do ensino médio sobre os processos de Avaliação do SIMAVE e as Avaliações Internas elaboradas pelos docentes, ambas desenvolvidas durante o Regime de Atividades Não Presenciais (REANP) focadas no ensino-aprendizagem, o que

pode influenciar o pensamento crítico e reflexões sobre determinadas práticas avaliativas.

O PE possui aplicabilidade desde o município do Vale Jequitinhonha onde ocorreu a pesquisa, bem como outros municípios da federação. O seu público-alvo foram pesquisadores, estudantes da área, educadores, supervisores e gestores de instituições públicas de ensino da Educação Básica Pública.

Este PE possui potencial de replicabilidade, uma vez que se trata de um Artigo de Divulgação Científica, onde seu acesso deverá ser na forma online para que os profissionais da Educação Básica e responsáveis pela gestão Municipal e Estadual possam rever práticas avaliativas e suas aplicações, considerando principalmente particularidades que envolvem as escolas do campo.

A forma de avaliação (validação) realizada para o PE é de 1ª instância, por meio do acesso à publicação do artigo em revista de divulgação científica pelos profissionais da Educação Básica e pelos responsáveis pela gestão Municipal e Estadual, e de 2ª instância, ao ser apresentado à banca de defesa.

# DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA, IDEALIZAÇÃO E ELABORAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL

## ***Caracterização da pesquisa***

A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, com objetivo exploratório e o método utilizado trata-se de um estudo de caso. Utilizamos como técnica de coleta de dados o grupo focal e o roteiro semiestruturado, como instrumento. O convite para a participação no grupo focal foi remetido aos partícipes da pesquisa via e-mail institucional e o contato com os mesmos para aplicação do grupo focal ocorreu de maneira virtual, com duração de aproximadamente três horas, através da plataforma *Google Meet*, garantindo a segurança de todos, obedecendo protocolos estabelecidos no que se referia ao distanciamento social devido à pandemia da COVID-19.

## ***Delimitação do problema***

O local de estudo refere-se a uma escola do campo, denominada de Escola Estadual Esperança, localizada no interior de Minas Gerais, no Vale Jequitinhonha. De acordo com o projeto político pedagógico, a escola atende uma comunidade com um histórico no extrativismo natural, agricultura baseada em produtos primitivos. Parte da renda das famílias é advinda do trabalho na roça e do bolsa família, atualmente programa denominado Renda Brasil (PPP, 2019).

O território escolar é carente de recursos capazes de estimular os jovens a uma cultura promissora. Esse índice socioeconômico da população acarreta dificuldades financeira, falta de alimentação adequada e impacta no processo de ensino aprendizagem de maneira negativa.

Os sujeitos da pesquisa foram oito professores e uma supervisora do ensino médio de uma escola do campo entrevistados por meio da aplicação do grupo focal através da plataforma digital *Google Meet* e também através de um questionário socioeducativo, onde pode-se concluir que todos os educadores e



supervisor pedagógico entrevistados moram em áreas urbanas, porém, lecionam em zona rural (escolas do campo).

## REFERENCIAL TEÓRICO E METODOLÓGICO

### *Introdução*

A garantia educacional a todos os cidadãos é uma prestação social de incumbência prioritária do estado, com foco a gerar cidadania e qualificação, sendo respaldado pela carta magna nacional de 1988, que garante por meio de instituto legal de forma gratuita e passível a punição das autoridades que não os ofertem ou ofertem de maneira irregular.

Esta garantia ligada ao Princípio da Eficiência da Administração Pública incube ao governo o dever de efetuar as normas da maneira mais eficiente possível, porém, eficiência quando não atrelada a um conhecimento técnico e de vivência pode trazer apenas foco em conclusões meramente numéricas, sem obter um resultado realmente satisfatório.

A educação do meio rural muitas vezes é oferecida de forma ineficiente e em condições ruins, tanto para o educador lecionador, as disciplinas com qualidade, quanto para o aluno, além de não levar em consideração a realidade destes, bem como desprezar o processo de aprendizagem dos mesmos. Sendo um reflexo da visão limitada quanto a evolução da comunidade rural, tanto de forma cognitiva quanto aos fatores sociais nela atrelados.

Uma das formas que o Governo do Estado de Minas Gerais encontrou de avaliar a aprendizagem dos alunos foi por intermédio da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, por meio do Diagnóstico realizado nas escolas das cidades e do campo.

Com a chegada da COVID-19, tanto as aulas como as avaliações foram prejudicadas devido à falta ou a ineficiência de manuseio correto das ferramentas tecnológicas. Tais avaliações permitem compreender as percepções dos estudantes, constatação relevante para que possa determinar estratégias mais adequadas à realidade dos educandos, favorecendo assim o processo ensino-aprendizagem.

Destarte, os aprofundamentos quanto a essas questões detêm materiais importantes para desenvolver as pontes de formulação de um projeto educacional mais inclusivo e efetivo, sanando anseios diretos da realidade de

regiões que historicamente veem sendo negligenciadas pelos condutores dos planos educacionais nacionais. Uma vez que movimentos educacionais mais inclusivos tem se mostrado como métodos para abrandar máculas como a evasão escolar e o analfabetismo total ou funcional.

Para tanto, nesta pesquisa utilizamos a Teoria Ator-Rede(TAR), onde buscamos identificar os actantes, as translações e as redes com relação a essas avaliações, a fim de entender de que forma esses interesses influenciam na aplicação, nos resultados, bem como no ensino-aprendizagem dos estudantes de uma escola do campo a partir da percepção dos professores e supervisor atuantes no ensino médio da mesma escola.

## **Referencial Teórico**

Antes de 1930 o Brasil não tratava das questões que envolviam a educação do campo, no entanto a partir de 1960, houve discussões sobre a educação e a exclusão social no meio rural, onde o relator foi o educador brasileiro Paulo Freire, que propunha uma educação popular que compreendia um processo de luta pela subsistência e pela libertação das classes populares (AZEVEDO *et al.*, 2022).

Em 1980, a escola rural ainda era vista apenas para fixar o homem no campo, transformando os camponeses em operários suprimindo apenas aos interesses das classes dominantes, visto que a concepção de educação ainda estava associada ao assistencialismo e o controle político (AZEVEDO *et al.*, 2022; PAVINI *et al.*, 2020), entretanto, as discussões sobre Educação do Campo foram fortalecidas a partir das experiências do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra – MST (SILVA; SOUZA, 2021).

Em 1988 foi aprovada a Constituição Federal, passando a destacar a educação como “Educação um direito de todos”, reforçado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (9.394/1996), cujo propósito foi regulamentar uma base nacional comum para a Educação Básica no Brasil (MEC, 2022).

A partir dos avanços quanto as discussões sobre os direitos educacionais dos moradores das áreas rurais, estes passaram a ter como direito fundamental escolas rurais, apoiado pelos movimentos sociais de luta pela terra (PAVINI *et al.*, 2020).

Apesar dos avanços significativos, apenas em 2000 foi criado Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCNEM), entre 2010 e 2012 foram definidas Diretrizes Curriculares Nacionais para o ensino infantil, fundamental e médio, respectivamente, abordadas em três resoluções, além da Portaria 867/12 que institui o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa - PNAIC (MEC, 2022).

A Educação do Campo surge com uma lógica voltada para o desenvolvimento político, social, cultural e econômico dos cidadãos que vivem no campo, constituindo assim, parte importante nas lutas dos movimentos sociais, focando na quebra da classe hegemônica, dando voz e autonomia ao camponês, que sempre foi visto como inferior em relação a classe dominante e como pessoas não merecedoras de usufruírem dos direitos de uma educação inclusiva, instrutiva, e sobretudo, formativa, visto que no decorrer da história essa modalidade educacional sempre foi deixada em segundo plano, não havendo investimentos pelos representantes governamentais (SILVA; SOUZA, 2021).

O Campo era, e ainda continua sendo, um espaço com concentração fundiária e expulsão de povos indígenas do seu território tradicional e das populações camponesas de sua terra de trabalho, sendo um espaço inacessível para estas populações excluídas que não ultrapassavam, em sua maioria, as séries iniciais do ensino fundamental (CAMACHO; VIEIRA, 2018).

A educação rural sempre foi condicionada com padrões inferiores, associado às condições precárias, atrasadas e arcaicas, portanto, os serviços oferecidos à população residente eram como ainda são, ou seja, mínimos e de qualidade social insuficiente, questionáveis em relação aos direitos sociais (AZEVEDO *et al.*, 2022; SOUZA *et al.*, 2020).

Assim, os grandes desafios envolvem manter as escolas do campo ativas e em bom estado de funcionamento, além de romper com o currículo fundamentalmente urbano que na maioria das vezes não é focado na realidade dos educandos, proporcionando um ensino de qualidade, políticas públicas voltadas à valorização não só do contexto do campo, mas também de todos aqueles que vivem nele (SILVA; SOUZA, 2021).

## ***Ensino no Campo Durante o Ensino Remoto***

Antes da pandemia, a internet era um instrumento a mais de acesso as atividades pedagógicas, porém com a chegada da pandemia as necessidades passaram a ser a necessidade de se conectarem para terem acesso às aulas (MENDES; ALVES SOUTO, 2021).

Durante o período da Pandemia da COVID-19, inexistia qualquer planejamento de atividades escolar de forma remota, no entanto, tal acontecimento prejudicou o andamento das aulas por exigirem dos professores e dos estudantes recursos tecnológicos e conhecimentos específicos para manejá-los (MOREIRA; BICALHO, 2022).

Durante esse período, veio à tona o que vêm sendo denunciado pelos movimentos sociais referentes a falta de atenção e poucos investimentos na educação pública e de incentivo a permanência de estudantes na escola, bem como o despreparo em dar continuidade ao ensino de forma remota por intermédio das tecnologias especialmente nas escolas da rede pública de ensino, principalmente as do campo (SILVA *et al.*, 2020).

Ainda segundo os mesmos autores, o ensino remoto evidenciou a necessidade de constituir no mundo online todas as relações e as estruturas de apoio à escola, devido ao despreparo no uso desses recursos obrigatórios em tão pouco tempo.

Durante o período pandêmico houve um expressivo aumento da evasão escolar dos alunos devido a fatores que atrapalharam a aprendizagem dos mesmos, tais como as desigualdades sociais e financeiras, falta de equipamentos eletrônicos, acesso à internet e conhecimentos para o manuseio dos instrumentos avaliativos no meio digital, ausência de contato direto com os educadores e demais alunos, além da falta de rotina (CUNHA *et al.*, 2021; FERIGATO *et al.*, 2021; FONSECA *et al.*, 2021; MANARA, 2021; SILVA *et al.*, 2020; SILVA *et al.*, 2021; SOARES *et al.*, 2021; SOUZA *et al.*, 2021).

O ensino remoto prejudicou a participação, aprendizagem e a permanência de alunos nos estudos devido as questões relacionadas ansiedade, tristeza e desmotivação para os estudos (GROSSI *et al.*, 2020), além da falta de melhores condições de acesso à internet, o desemprego, fome, e demais problemas familiares com a violência, quantidade e qualidade de

alimentos, bem como a falta de domínio das ferramentas tecnológicas educacionais por alunos e professores (BEZERRA, 2009; BRANDÃO, 2021; LEVANDOWSKI *et al.*, 2021; MIRANDA *et al.*, 2021; GONÇALVES; COSTA, 2022).

Desta forma, a pandemia escancarou os dilemas na educação que os brasileiros vêm passando, como também criou um desafio da (re)invenção do fazer docente numa conjuntura de crise na educação pública, com desarticulações entre as políticas públicas educacionais e o novo contexto, principalmente, na modalidade de educação do campo (MOREIRA; BICALHO, 2022). São incontestáveis os problemas sociais que o mundo passou e ainda passa durante a Pandemia COVID-2019 e pós-período pandêmico, no entanto, é inegável o quanto ajudou o Brasil, a tirar a venda dos olhos quanto à precariedade da educação em todos os níveis de ensino (SOUZA *et al.*, 2021), e do quanto ainda precisamos progredir neste sentido.

### ***Avaliação SIMAVE e Interna de Escolas da Educação Básica do Campo***

A avaliação da aprendizagem permite diagnosticar a situação de cada turma e estudante, acompanhando e intervindo no processo da aprendizagem de modo que o aluno progrida antes de terminarem um ciclo de escolarização. Para pensar em formas de avaliar, precisamos antes de qualquer coisa pensar em quem é que vamos avaliar, o que, como avaliar e com qual objetivo. Avaliação é inerente ao processo ensino e aprendizagem e deve fazer parte do projeto pedagógico da escola, e, discutido coletivamente (DA SILVA; BEZERRA; FERRANTE, 2013).

No Estado de Minas Gerais, durante o governo de Hélio Garcia (1991-1994), foi implantado um programa de reformas no Estado, que entre outras coisas, visava implantar um programa de avaliação educacional da aprendizagem dos alunos e do desempenho dos educadores.

A Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais por meio das Avaliações do SIMAVE, promove as avaliações Diagnósticas e Intermediárias, desenvolvidas pela secretaria de estado de forma online para o público de estudantes que possui acesso à internet e de forma impressa e entregues aos

estudantes que não possuem acesso à ferramenta tecnológica para desenvolvê-las, servindo como alimentos para desenvolver programas de avaliação integrados, cujos resultados se convertessem em ações nas escolas, entre os professores, no intuito de promover a melhoria do ensino.

Tais testes são padronizados com provas extensas, onde as aplicações obedecem a cronograma único, sem levar em consideração particularidades das escolas do campo a citar (estradas precárias, falta participação da família, ausência ou acesso restrito aos meios de comunicação e transporte escolar de qualidade; além disso, ocorre de avaliações serem realizadas nos meses chuvosos dificultando a participação dos estudantes).

Durante esse período até os dias atuais o sistema de avaliação educacional mineiro passou por uma proposta de avaliação formativa até se transformar num modelo cujas diretrizes passaram a ser voltadas para a medição de resultados (FRANCO; CALDERÓN, 2017).

No primeiro momento (1992-2002), os testes avaliativos possuíam apenas foco em diagnosticar, sem haver atribuição de consequências para as escolas (FRANCO; CALDERÓN, 2017). Ainda segundo os mesmos autores, o segundo momento compreendeu o período de aplicação do SIMAVE (2003-2006), o qual representou a institucionalização de medidas de responsabilização dirigidas às escolas e às pessoas que nelas trabalham, sem haver vinculação de consequências, por meio de prêmios ou punições. Esse momento foi caracterizado pela divulgação dos resultados, deixando o caráter meramente diagnóstico e passando para o estabelecimento de metas e divulgação dos resultados, sem estabelecimento de consequências.

A partir de 2007, o terceiro momento foi marcado pela segunda fase do Acordo de Resultados e foi caracterizado por haver recompensas em decorrência dos resultados dos alunos e escolas, por meio de ações envolvendo incentivos salariais a partir do efetivo pagamento de prêmio por produtividade para os servidores que atingissem as metas estabelecidas no SIMAVE (FRANCO; CALDERÓN, 2017).

Por volta de 2019 o Partido Novo instituiu o Regime de Atividades Não Presenciais (REANP) que se trata de um programa emergencial do Governo voltado para a implementação do ensino remoto, criada através da Resolução SEE 4310/2020, indicando a necessidade de se manter e reforçar a interação do

professor com os alunos e entre os alunos, por meio do uso de tecnologias digitais (MENDES; ALVES SOUTO, 2021).

O REANP visa cumprir as horas legalmente estabelecidas, garantir a aprendizagem discente e a execução das propostas pedagógicas nos níveis e modalidades de ensino ofertados pelas escolas da rede estadual, implementando novas práticas pedagógicas e acesso à informação em qualquer espaço-tempo (LIMA *et al.*, 2022).

Com a criação do SIMAVE e do REANP vieram também a responsabilização sobre os educadores no cumprimento das demandas do Governo do Estado. Tais responsabilizações desconsideram as mudanças enfrentadas pelos docentes referentes aos baixos salários, desvalorização profissional, falta de autonomia, problemas ligados à competitividade com os seus pares, estresse, sobrecarga de trabalho, rígido controle e intensificação do trabalho (SILVEIRA; PREVITALI, 2022).

Como uma alternativa de avaliação, baseando-se na perspectiva do Projeto Político Pedagógico da escola, foram criadas as avaliações complementares, caracterizando-se como interdisciplinares, buscando a contínua motivação à participação dos estudantes e familiares nas atividades e eventos escolares.

## ***Referencial Metodológico***

### **Metodologia de desenvolvimento do Produto Educacional**

Este PE é fruto de uma pesquisa descritiva, caracterizada como qualitativa. Quanto aos objetivos é do tipo exploratória e apresenta-se como estudo de caso. Utilizamos como técnica de coleta de dados o grupo focal e o roteiro semiestruturado, que foi nosso instrumento, buscando respostas sobre a qualidade do ensino-aprendizagem, propõe-se rastrear as percepções de professores e supervisora pedagógica atuantes na Educação Básica, especificamente no Ensino Médio de uma escola pública, onde está de acordo com a RESOLUÇÃO SEE Nº 2820, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2015, se configura como sendo um espaço de campo, quanto às avaliações



Diagnósticas/Trimestrais do SIMAVE e as Avaliações Internas - AI elaboradas pelo corpo docente da instituição desenvolvidas durante o REANP com foco no ensino-aprendizagem, considerando todas as particularidades enfrentadas pela escola para consolidar as demandas propostas e impostas, dentre os quais cita-se, o receio eminente de evasão escolar, desmotivação por fatores diversos, como o não possuir acesso aos meios virtuais pelos estudantes, entre outros.

O objetivo do presente PE é de que a partir das percepções de um grupo de professores e supervisor pedagógico do ensino médio de uma escola pública do campo, analisar o processo ensino-aprendizagem, buscando compreender particularidades das avaliações do SIMAVE e as Avaliações Internas desenvolvidas pelos docentes da instituição escolar dos diferentes componentes curriculares do ensino médio, segundo essas percepções, para melhor estabelecer as suas possibilidades e limites, com possíveis contribuições para o ensino.

### **Os Subtipos do Produto Educacional**

Este PE é composto por um Produto Técnico Tecnológico (PTT), classificados no subtipo: Material Didático/Instrucional (PTT1) - (Artigo em Revista Técnica ou de Divulgação). Primeiramente, realizamos a aplicação do grupo focal com um grupo de professores dos diferentes componentes curriculares do ensino médio de uma escola pública do campo, localizada no interior de Minas Gerais, no Vale Jequitinhonha.

Em seguida após a transcrição do grupo focal, realizamos a análise dos dados com base no referencial teórico-metodológico da Teoria Ator-Rede (TAR), a qual fornece ao pesquisador uma grande dose de flexibilidade e identificamos os actantes e as redes formadas.

Elaboramos o Material Didático/Instrucional - (Artigo em Revista Técnica ou de Divulgação) com base nas análises dos resultados e discussões. Após a elaboração do Material Didático/Instrucional, buscamos divulgar os resultados das análises contidas no PPT1 - (Artigo em Revista Técnica ou de Divulgação), apresentando e discutindo os achados da pesquisa com o público-alvo. No Anexo A, está disponibilizado a ficha de Caracterização do Produto Educacional.

## REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

AZEVEDO, M. A.; QUEIROZ, M. A.; SOUZA, F. C. S. Escola nova, educação do campo e a política educacional: a experiência do programa escola ativa. **Roteiro**, Joaçaba, v. 47, p. e28138, 2022.

BEZERRA, J. A. B. Alimentação e escola: significados e implicações curriculares da merenda escolar. **Rev. Bras. Educ.** 14 (40), p.103-115, 2009.

BRANDÃO, I. C. J. Infância em tempos de pandemia. *Holos*, Ano 37, v.3, e11951, p.1-17, 2021. BRASIL. **Resolução 7 de 2010** - Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos. 2010.

CAMACHO, R. S.; VIEIRA, J. M. Reflexões acerca da educação especial e da educação do campo numa perspectiva inclusiva. **Interfaces da Educ.**, v.9, n.27, p. 443-464, 2018.

CUNHA, A. L.; SILVA, A. R.; SILVA, A. D. C.; OPUSZKA, C.; ANTONIASSI, S. G.; HÖFELMANN, D. A. Desigualdades socioeconômicas e espaciais nas condições de acesso à internet por adolescentes de escolas estaduais. **Research, Society and Development**, v. 10, n.2, e34410212703, 2021.

DA SILVA, S; DOS SANTOS BEZERRA, M. C.; FERRANTE, V. L. S. B. A avaliação escolar na perspectiva da educação do campo: modelos em conflito. **Cadernos da Pedagogia**, v. 6, n. 12, 2013.

FERIGATO, E.; SANTOS, O. S.; MESSIAS, J. F.; BIANCHINI, G.; LIMA, D. L.; MORAIS, M. O.; FRANCO, M. M.; SILVA, D. D. C. Como a tecnologia através da internet torna-se uma alternativa significativa e imprescindível para educação, durante o período da pandemia do COVID-19. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 15, e519101523366, 2021.

FONSECA, G. C.; SILVA, J. V. F. S.; ARANTES, A. L. M.; LIMA, I. F.; ALMEIDA, V. H. C.; PANIAGO, R. N. As vozes de alunos do ensino médio acerca do ensino remoto emergencial: possibilidades e desafios na aprendizagem. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 8, e32210817436, 2021.

FRANCO, K. O.; CALDERON, F. I. O SIMAVE à luz das três gerações de avaliação da educação básica. **Est. Aval. Educ.** São Paulo, v. 28, n. 67, p. 132-159, 2017.

GONÇALVES, G. I., & COSTA, R. L. Ensino remoto no período da pandemia de covid-19: percepções de estudantes de ensino fundamental. **Teoria e prática da educação**, v.25, n.1, p.24- 41, 2022.

GROSSI, M. G. R.; MINODA, D. DE S. M.; FONSECA, R. G. P. Impacto da pandemia do covid-19 na educação: reflexos na vida das famílias. **Teoria e prática da educação**, v.23, n.3, p.150-170, 2020.

LEVANDOWSKI, M. L.; STAHNKE, D. N.; MUNHOZ, T. N.; HOHENDORFF, J. V.; SALVADOR-SILVA, R. Impacto do distanciamento social nas notificações de violência contra crianças e adolescentes no Rio Grande do Sul, Brasil. **Cad. Saúde Pública**, 37 (1), 2021.

LIMA, C. C.; RAMOS, M. E. N.; OLIVEIRA, A. L. R. Implementação de uma política educacional no contexto da pandemia de Covid-19: o REANP em Minas Gerais. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 38, e78237, 2022.

MANARA, A. S. Formação de professores e tecnologias em tempos de ensino remoto: Mudanças necessárias. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 9, e5010917663, 2021.

MEC – **Ministério da Educação**. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Disponível em: < <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/> >. Acessado em: ago de 2022.

MENDES, C. L.; ALVES SOUTO, T. O ensino remoto em Minas Gerais: uma análise pelo ciclo de políticas. **Devir Educação**, 384–408, 2021.

MINAS GERAIS, Escola Estadual Sul América. **Projeto Político Pedagógico**. Novo Cruzeiro, 2019, 120p.

MIRANDA, E. M. C.; ROCHA, B. P. A.; MACHADO, L. C.; CORDEIRO, M. P. S. Formação de professores em tempos de pandemia da covid-19 - visão dos docentes da rede pública de ensino do distrito federal. **Revista prâxis**, a. 18, n. 3, p.336-356, 2021.

MOREIRA, A. D.; BICALHO, R. **Educação do campo em tempos de pandemia no município de Riacho de Santana**. Roteiro, Joaçaba, v.47, e27913, p.1-22, 2022.

PAVINI, G. C.; RIBEIRO, M. L.; WHITAKER, D. C. A.; FERRANTE, V. L. S. B. Educação do campo: perspectiva concreta ou promessa frustrada de política pública? **Retratos de Assentamentos**. p.230-241, 2020.

SILVA, G. B.; SOUZA, J. L. Educação do Campo: percursos históricos e necessidades nos assentamentos rurais do município de Rorainópolis, Roraima. Perspectivas Em Diálogo: **Revista de Educação e Sociedade**, 8(18), p.9-21, 2021.

SILVEIRA, E. R. M.; PREVITALI, F. S. Avaliação de Desempenho Individual e o Simave como instrumentos de gestão e regulação em Minas Gerais: implicações para os trabalhadores docentes. **Revista Educação E Políticas Em Debate**, 11(3), 1075–1094, 2022.

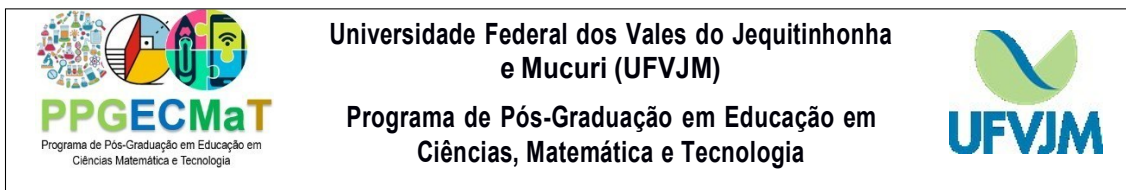
SIMAVE - **Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Pública**. Conheça o SIMAVE. Disponível: < <https://simave.educacao.mg.gov.br/> > Acessado em: maio de 2022.

SOARES, C. S.; GUIMARÃES, D. E. L.; SOUZA, T. V. Ensino remoto emergencial na percepção de alunos presenciais de ciências contábeis durante a pandemia de COVID-19. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, v. 20, 1-19, e3182, 2021.

SOUZA, J.; OSTERMANN, F.; REZENDE, F. Educação do campo na voz da pesquisa em educação em ciências. **Ensaio Pesquisa em Educação em Ciências**, v.22, e12275, p.1-20, 2020.

## ANEXO

## ANEXO A



Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha  
e Mucuri (UFVJM)

Programa de Pós-Graduação em Educação em  
Ciências, Matemática e Tecnologia



## FICHA DE AVALIAÇÃO DE PRODUTO/ PROCESSO EDUCACIONAL PARA A SEGUNDA INSTÂNCIA DE AVALIAÇÃO DO PPGECMaT

**Discente:** Denalda Lopes Cordeiro

**Título da Dissertação:** TRANSLAÇÕES REALIZADAS DURANTE O ENSINO REMOTO PELAS AVALIAÇÕES DO SIMAVE E INTERNAS COM RELAÇÃO AO ENSINO-APRENDIZAGEM EM UMA ESCOLA DO CAMPO

**Título do Produto Técnico-Tecnológico (Produto/ Processo Educacional):** REDES FORMADAS DURANTE O ENSINO REMOTO PELAS AVALIAÇÕES DO SIMAVE E INTERNAS COM RELAÇÃO AO ENSINO-APRENDIZAGEM EM UMA ESCOLA DO CAMPO

**Área de concentração:** Ensino de Ciências e Matemática




**Linha de Pesquisa:** (X) Ensino e Aprendizagem ou ( ) Formação de Professores em Educação em Ciências, Matemática e Tecnologia

**Orientador:** Luana Pereira Leite Schetino

**Co-orientador (se houver):**

DIMENSÕES	CRITÉRIOS
<p><b>Complexidade</b> - compreende-se como uma propriedade do produto/processo educacional está relacionada com as etapas de elaboração, desenvolvimento e/ou validação.</p> <p><i>*Mais de um item pode ser marcado.</i></p>	<p>(X) O PE é concebido a partir da observação e/ou da prática do profissional e está atrelado à questão de pesquisa da dissertação ou tese.</p> <p>( ) A metodologia apresenta clara e objetivamente a forma de aplicação e análise do PE.</p> <p>(X) Há uma reflexão sobre o PE com base nos referenciais teóricos e teórico-metodológicos empregados na respectiva dissertação ou tese.</p> <p>( ) Há apontamentos sobre os limites de utilização do PE.</p>
<p><b>Impacto</b> – considera-se a forma como o PE foi utilizado e/ou aplicado nos sistemas educacionais, culturais, de saúde ou CT&amp;I. É importante destacar se a demanda foi espontânea ou contratada.</p>	<p>(X) Protótipo/ Piloto não utilizado no sistema relacionado à prática profissional do discente.</p> <p>( ) Protótipo/ Piloto com aplicação no sistema relacionado à prática profissional do discente.</p>
<p><b>Aplicabilidade</b> – relaciona-se ao potencial de facilidade de acesso e compartilhamento que o PE possui, para que seja acessado e utilizado de forma integral e/ou parcial em diferentes sistemas.</p>	<p>(x ) PE tem características de aplicabilidade a partir de protótipo/ piloto, mas não foi aplicado durante a pesquisa.</p> <p>( ) PE tem características de aplicabilidade a partir de protótipo/ piloto e foi aplicado durante a pesquisa.</p> <p>( ) PE foi aplicado em diferentes ambientes/ momentos e tem potencial de replicabilidade face à possibilidade de acesso e descrição.</p>

<b>Acesso</b> – relaciona-se à forma de acesso do PE.	<input type="checkbox"/> PE sem acesso. <input type="checkbox"/> PE com acesso via rede fechada. <input checked="" type="checkbox"/> PE com acesso público e gratuito.
---	--

	<input type="checkbox"/> PE com acesso público e gratuito pela página do Programa. <input type="checkbox"/> PE com acesso por Repositório institucional - nacional ou internacional - público e gratuito.
<b>Aderência</b> – apresenta origens nas atividades oriundas das linhas e projetos de pesquisas do PPG em avaliação.	<input type="checkbox"/> Sem clara aderência às linhas de pesquisa ou projetos de pesquisado PPG <i>stricto sensu</i> ao qual está filiado. <input checked="" type="checkbox"/> Com clara aderência às linhas de pesquisa ou projetos de pesquisado PPG <i>stricto sensu</i> ao qual está filiado.
<b>Inovação</b> – considera-se que o PE é/ foi criado a partir de algo novo ou da reflexão e modificação de algo já existente revisitado de forma inovadora e original.	<input type="checkbox"/> PE de alto teor inovador (desenvolvimento com base em conhecimento inédito). <input type="checkbox"/> PE com médio teor inovador (combinação e/ou compilação de conhecimentos pré-estabelecidos). <input checked="" type="checkbox"/> PE com baixo teor inovador (adaptação de conhecimento(s) existente(s)).
<b>Breve relato sobre a abrangência e/ou a replicabilidade do PE:</b> Alta abrangência (nacional) e alta possibilidade de replicabilidade. Trata-se de um mapeamento da realidade na percepção dos professores do ensino médio com relação às avaliações em larga escala (SIMAVE) e as avaliações formuladas pelo corpo docente da instituição cenário da pesquisa.	
<b>Assinatura dos membros da banca:</b> Presidente da banca: Luana Pereira Leite Schetino    Membros internos: Ofélia Ortega Membro externos: Juliane dos Santos Amorim Data da defesa: 03/02/2022	
 <p>Documento assinado digitalmente  OFELIA ORTEGA FRAILE  Data: 31/03/2023 15:08:20-0300  Verifique em <a href="https://validar.iti.gov.br">https://validar.iti.gov.br</a></p>	 <p>Documento assinado digitalmente  JULIANE DOS SANTOS AMORIM  Data: 09/02/2023 15:54:35-0300  Verifique em <a href="https://verificador.iti.br">https://verificador.iti.br</a></p>
	 <p>Documento assinado digitalmente  LUANA PEREIRA LEITE SCHETINO  Data: 03/04/2023 13:03:35-0300  Verifique em <a href="https://validar.iti.gov.br">https://validar.iti.gov.br</a></p>